1 - Atraso no envio de toda a documentação, inclusive os Relatórios de Gestão Fiscal;

2 - Divergência na receita orçamentária;

3 - Não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas;

4 - Pagamento a maior da remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito, no total de R\$ 83.557,60;

5 - Ausência de processos licitatórios para os credores: Pavbloq - Prestação de Serviços de Pavimentação Ltda (Construção biblioteca/ginásio - R\$ 656.511,80); Construtora Rocha Ltda (obras - R\$ 632.488,19); G. Costa de Lima Construções (obras - R\$ 364.918,32); M.M.M. Santos e Cia Ltda (recuperação de estradas - R\$ 443.000,00); Construtora Olina Ltda (pavimentação asfáltica - R\$ 124.300,00)

Extraí-se, ainda, dos termos da decisão prolatada, a determinação de restituição ao erário e aplicação de multa, em desfavor do responsável, nos seguintes termos:

R\$-83.577,60 (oitenta e três mil, quinhentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), referente aos subsídios pagos a maior ao Prefeito e Vice-Prefeito, o qual deverá ser restituído ao erário municipal, devidamente atualizado;

R\$-18.360,00 (dezoito mil, trezentos e sessenta reais), correspondente a 30% dos seus vencimentos anuais, pelo atraso na remessa dos Relatórios de Gestão do 1º ao 3º quadrimestres, na forma do Art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000;

R\$-10.000,00 (dez mil reais), pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, na forma do parágrafo único, Art. 120-A, do RI/TCM/PA;

R\$-1.000,00 (um mil reais), pela remessa fora do prazo de toda a documentação, nos termos do Art. 120-B, do RI/TCM/PA;

É o breve relatório, pelo que passo a apreciação de admissibilidade, conforme regramento contido na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCM-PA, o que o faço, nos seguintes termos e fundamentos:

DA LEGITIMIDADE:

Os legitimados para interpor Recurso Ordinário, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encontram-se destacados no rol consignado pelo §2º, do Art. 79, da LC n.º 109/2016.

No caso em tela, verifica-se que o Recorrente, ordenador responsável pela Prefeitura Municipal de Inhangapi, exercício financeiro de 2010, foi alcançada pela decisão constante no Acórdão n.º 24.645/2014, estando, portanto, amparado/legitimado pelo dispositivo legal transcrito, para interpor o presente Recurso Ordinário.

DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO:

Dispõe o §1º, do Art. 81, da LC n.º 109/2016, que o Recurso Ordinário poderá ser interposto uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão.

Suscita o Recorrente, por intermédio de seu bastante patrono, que a publicação do Acórdão n.º 25.645/2014, ocorreu com nulidade, uma vez que houve omissão da indicação do nome do advogado constituído nos autos, com poderes acostadas à fl. 367, durante a fase de defesa, nos autos do processo principal (340012010-00), havendo, assim, transgressão aos termos do Art. 202, IV, do RITCM-PA e dos Artigos 263, §1º, c/c Art. 247, ambos do Código de Processo Civil Brasileiro, aplicáveis subsidiariamente.

Considerando tal nulidade, requer a tempestividade do recurso ordinário, quando passível de regularização do vício da publicação da decisão, com o comparecimento espontâneo nos autos, prosseguindo em suas razões recursais quanto ao mérito recursal.

Considerando a falha na publicação, tal como indicada e devidamente verificada nos presentes autos, assento entendimento, no sentido de retificar a aludida falha de comunicação processual, a qual sanável com o comparecimento espontâneo do ordenador responsável, junto aos autos, o que se verifica com a interposição do Recurso Ordinário, em 19/04/16, através do Processo n.º 201604811-00.

A medida de afastar a possível intempetividade, do vertente Recurso Ordinário, reveste-se como a mais apropriada, em tudo observado a economia processual e o seu mais célere processamento do apelo, para além de se alinhar ao poder-dever de revisão dos próprios atos, pela administração pública, quando consignadas falhas que podem ser sanadas, tal como no caso em voga.

Por todo o exposto, consigno, portanto, excepcionalmente a tempestividade do presente Recurso Ordinário, garantindo-se, desta forma, seu regular processamento, na forma regimental.

DA APRECIACÃO E DELIMITAÇÃO DA MATÉRIA RECURSAL:

O Recorrente, no intuito de reformar a decisão prolatada no Acórdão n.º 24.645/2014, consigna o seguinte ponto recursal, o qual delimita a matéria devolvida, para reapreciação do Colendo Plenário:

Em preliminar de mérito, aduz o recorrente da nulidade da publicação exarada por este TCM-PA, a qual omitiu a indicação do nome do advogado, devidamente habilitado nos autos.

Quanto à citada preliminar, consignada a admissibilidade excepcional, fixada por esta Presidência do TCM-PA, conforme ao norte indicado, sanando-se, portanto, a falha na comunicação

dos atos processuais, conforme imperativo regimental, entendo pela perda de seu objeto, garantindo-se, desta forma, a apreciação do mérito recursal, nos termos interpostos.

No mérito, os 05 (cinco) pontos listados como irregularidades ao presente recorrente, foram guerreados em seu apelo, rebatendo todas as matérias que vieram a acarretar o parecer prévio para não aprovação das contas.

Ainda quanto ao mérito recursal, destaca-se a consignação de impugnação específica as multas fixadas, nos termos do Acórdão n.º 24.645/2014.

DA CONCLUSÃO:

Por todo exposto, ADMITO o presente RECURSO ORDINÁRIO, interposto pela Sr. JOSÉ ALVES FEITOSA DE OLIVEIRA, que visa alterar a decisão contida no Acórdão n.º 24.645/2014 (Processo n.º 340012010-00), dada a consignação de legitimidade e tempestividade do apelo, nos termos do §1º, do Art. 81, da LC n.º 109/2016.

Determino, assim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria Geral, para publicação da decisão e comunicação ao interessado, bem como seu representante legal, na forma legal e regimental, após a qual, adote-se a mais célere distribuição dos presentes autos, para relatoria, em tudo observada a prescrição contida no §3º, do Art. 81, da LC n.º 109/2016.

Belém-PA, em 13 de fevereiro de 2017.

Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**

Presidente do TCM-PA

DESPACHO DE INADMISSIBILIDADE DE AGRAVO

PROCESSO Nº 201701152-00

PROCEDÊNCIA: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB DE ALMEIRIM

AGRAVANTE: PEDRO DAMIÃO RODRIGUES

ADVOGADO/PROCURADOR: HUGO DA SILVA MORAES (OAB-PA 19.373)

AGRAVADO: PRESIDÊNCIA DO TCM-PA

EXERCÍCIO: 2009

ASSUNTO: AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA O DESPACHO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ORDINÁRIO, REFERENTE AO ACÓRDÃO Nº 29.028, DE 12/05/2016 (PRESTAÇÃO DE CONTAS N.º 054132009-00).

Tratam-se de autos de *Agravo de Instrumento*, interposto pelo Sr. PEDRO DAMIÃO RODRIGUES, ordenador responsável pela prestação de contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB de Almeirim, exercício de 2009, objetivando a alteração da decisão monocrática, da Presidência deste TCM-PA, nos termos do *Despacho de Inadmissibilidade de Recurso Ordinário* (fls. 229/230), a qual recebeu publicação, através do DOE n.º 33293, de 17/01/2017.

O despacho de inadmissibilidade, tal como já assentado, deu-se em desfavor do Recurso Ordinário (fls. 217/226), que buscava a reforma da decisão desta Corte de Contas (Acórdão n.º 29.028/16 - fls. 203/2014), que julgou irregulares as contas do indicado FUNDEB, publicada no DOE, em 13/06/2016, enquanto que o apelo manejado, foi interposto em 05/12/2016, desobedecendo, portanto, o prazo legal de 30 (trinta) dias, fato este que conduziu a negativa de processamento, na forma regimental.

Assim, o Recorrente interpôs o presente *Agravo de Instrumento*, cuja previsão está assentada nos termos do art. 266, do RITCM-PA, em 30/01/2017, contra a decisão desta Presidência, publicada no DOE de 17/01/2017, conforme consta à fl. 250.

É o breve relatório, pelo que decido.

DA LEGITIMIDADE:

Os legitimados para interpor recursos, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encontram-se destacados no rol consignado pelo §2º, do Art. 79, da LC n.º 109/2016.

No caso em tela, verifica-se que o Agravante, ordenador responsável pela prestação de contas do FUNDEB de Almeirim, exercício de 2009, foi alcançado pela decisão monocrática da Presidência, constante no Despacho de Inadmissibilidade de Recurso Ordinário, estando, portanto, amparado/legitimado pelo dispositivo legal transcrito, para interpor o presente recurso.

DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO:

O *Agravo de Instrumento* encontra respaldo legal no Art. 83, da Lei Complementar nº 109/2016 c/c Art. 266, do RITCM-PA, ambos vigentes na data de interposição recursal, junto ao TCM-PA, onde resta a fixação de prazo de 10 (dez) dias, para sua utilização.

Com base nos dispositivos legal e regimental, referenciados, consigno, desde já, que a interposição do vertente *Agravo de Instrumento* é intempetiva, vez que a decisão guerreada foi publicada no DOE de 17/01/2017 e o recurso interposto em 30/01/2017, desobedecendo, portanto, o prazo legal de 10 (dez) dias, tendo em vista que a contagem de prazo ocorre de forma contínua, não se interrompendo, nem sendo suspenso, conforme inteligência e exceções, consignadas no Art. 68, da LC n.º 109/2016.

Destarte, levando em consideração que a decisão guerreada foi publicada no DOE de 17/01/2017, conforme comprovante à fl.

250, diversamente do alegado pelo Agravante, que informa, à fl. 237, que a mesma foi publicada no dia 18/01/2017, o prazo final para a interposição do recurso de Agravo restou consignada para o dia 27/01/2017, o qual não atendido pelo mesmo.

Consigno, portanto, a intempetividade do presente Agravo de Instrumento, na forma regimental, mantendo-se inalterada a decisão monocrática, prolatada pela Presidência deste TCM-PA.

3 DA CONCLUSÃO:

Por todo exposto, com fulcro no Art. 83, da LC n.º 109/2016, INADMITO o presente AGRAVO DE INSTRUMENTO, interposto pelo Sr. PEDRO DAMIÃO RODRIGUES, em face de sua intempetividade recursal, uma vez que não foi respeitado o prazo legal de 10 (dez) dias.

Outrossim, mantenho a decisão anterior de inadmissibilidade do Recurso Ordinário proferida pelo Ilustre Presidente à época César Colares, conforme despacho de fls. 229/230, em apoio ao estabelecido nos Artigos 79, §3º, I e Art. 83, da Lei Complementar nº 109/2016 (Lei Orgânica do TCM/PA).

Determino, por fim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria Geral, para publicação da decisão e comunicação ao interessado, bem como seu representante legal, na forma legal e regimental.

Belém, 14 de fevereiro de 2017

Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**

Presidente do TCM-PA

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO

ORDINÁRIO
(Art. 81, da LC n.º 109/2016 c/c Art. 261, §§ 1º e 2º, RITCM-PA)

Processo nº 201515987-00

Classe: Recurso Ordinário

Procedência: Fundo Municipal de Educação de Gurupá

Responsável: Manoel Moarcir Gonçalves Alho

Advogado/Procurador: Orlando Barata Mileo - OAB/PA 7039

Decisão Recorrida: Acórdão n.º 24.468, de 17/02/2014

Prestação de Contas nº 313252010-00

Exercício: 2010

Tratam os autos de *Recurso Ordinário*, interposto pelo Sr. MANOEL MOACIR GONÇALVES ALHO, responsável pela gestão do Fundo Municipal de Educação, exercício financeiro de 2010, com arrimo no Art. 81, *caput*, da LC n.º 109/2016 c/c Art. 261, do RITCM-PA, contra decisão contida no Acórdão nº 24.468/2014 (fls. 225), que reprovou suas contas em face das seguintes irregularidades:

Remessa intempetiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres;

Divergência no valor na transferência de recursos da Prefeitura e o apresentado pelo Fundo em R\$-2.815,50 (dois mil oitocentos e quinze reais e cinquenta centavos);

Realização de despesa acima do valor autorizado no montante de R\$-2.830.252,78 (dois milhões, oitocentos e trinta mil duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos);

Ausência de alimentação no *E-contas* das informações dos créditos adicionais que impossibilitou a realização do comparativo da despesa realizada com a fixada por subfunção;

Divergência na execução financeira que deu origem ao lançamento da conta receita a comprovar no valor de R\$-739.797,52 (setecentos e trinta e nove mil setecentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos);

Não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes no valor de R\$-238.871,90 (duzentos e trinta e oito mil oitocentos e setenta e um reais e noventa centavos);

Descumprimento do Art. 50, II, da LRF, em face da não apropriação das obrigações patronais no montante de R\$-2.666,67 (dois mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos);

Ausência do Parecer do Conselho de Controle Social do Fundeb e;

Realização de despesa com ausência de processo licitatório, no importe de R\$-369.585,45 (trezentos e sessenta e nove mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). Extraem-se, dos termos da decisão prolatada, a condenação do responsável, nas seguintes penalidades pecuniárias:

R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempetiva da prestação de contas dos 1º, 2º e 3º, nos termos do Art. 120-B, do RI/TCM;

R\$ -10.000,00 (dez mil reais), pela ausência do parecer do conselho de controle social do FUNDEB, e da relação dos bens móveis, com fundamento no Art. 120-B, §1º, do RI/TCM, assim como pela divergência no valor transferido da Prefeitura e o apresentado pelo Fundo; pela despesa realizada acima do valor autorizado, e pela conta receita a comprovar, com fulcro no Art. 120-A, II, do RI/TCM.

R\$-10.000,00 (dez mil reais), sobre as despesas de R\$-369.585,46 (trezentos e sessenta e nove mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) não lícitas, com base no Art. 57, da LC nº 084/2012.

O apelo foi atuado neste TCM-PA, através do Processo nº 201515987-00, em 14/12/2015, após o que apensado aos autos da prestação de contas (Processo n.º 313252010-00), seguindo, por erro de tramitação, à distribuição, em 21/01/2016, a